

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6993/2019 – POUPEX**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA FIRMADO ENTRE A POUPEX E A ALFA E OMEGA.**

A ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX, sediada na Av. Duque de Caxias s/n.º, Parte A, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília/DF, CEP 70630-902, inscrita no CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, CF/DF n.º 07.451.631/001-57 neste ato, representada por seu Direto Administrativo, na forma autorizada pela Procuração de 27/03/2019, lavrada pelo Cartório do 3º Ofício de Notas e Protesto de Títulos de Brasília, Livro 2992, fls. 169, Sr. **PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA**, CPF n.º 499.154.447-53, CI n.º 589.827 SSP/DF, brasileiro, divorciado, militar da reserva, residente e domiciliado em Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **ALFA E OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA**, sediada no endereço Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco A, nº 30, Sala 741, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-938, inscrita no CNPJ n.º 16.650.774/0001-06, CF/DF 07.618.068/001-31, neste ato, representada por sua procuradora, conforme Procuração de 19/12/2019, lavrada pelo Cartório do 1º Ofício de Notas e Protestos de Títulos de Brasília, fl. 200, Sr.ª **EDNA DE MENEZES GONÇALVES**, CPF n.º 259.571.981-53, CNH n.º 03741073748, brasileira, divorciada, administradora, residente e domiciliada em Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e avençado o presente contrato de prestação de serviços, conforme Proposta Comercial de Preço de 12/12/2019 e Especificação dos Serviços, partes integrantes deste instrumento, regido pelas cláusulas seguintes e pelas normas de Direito Privado:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de educação física, compreendendo o desenvolvimento de atividades de academia e de ginástica laboral, descritas no quadro abaixo, com o fornecimento de peças para manutenção/reposição excluído o fornecimento de novos equipamentos e aparelhos para a execução dos serviços, na sede da CONTRATANTE, localizada na Av. Duque de Caxias, s/nº, parte A, Setor Militar Urbano, Brasília/DF.

Quadro de Atividades Físicas

Modalidade	Dias da Semana	Horário
Ginástica localizada	segunda e quinta-feira	6h30 às 7h30 18h às 19h
Spinning	terça e sexta-feira	6h30 às 7h30 18h às 19h
Corrida	quarta-feira	6h15 às 7h15 18h às 19h
Musculação	segunda a sexta-feira	6h às 20h
Ginástica Laboral	Segunda a sexta-feira	10h às 11h30 15h às 16h30

1.2. A CONTRATADA reconhece, neste ato, que as informações fornecidas pela CONTRATANTE, são suficientes e adequadas à execução do contrato.



contrato_3704e (12/12/19)_6993_2019.doc

2. CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATANTE fornecerá o espaço destinado à prática das atividades físicas e os seguintes equipamentos de musculação, aeróbica, treinamento funcional:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Esteira	4 unidades
Bicicleta Ergométrica	3 unidades
Elíptico	2 unidades
Bicicleta de Spinning	15 unidades
Leg press horizontal	1 unidade
Cadeira Adutora / Abductora	1 unidade
Máquina Supino	1 unidade
Barra guiada	1 unidade
Crucifixo	1 unidade
Pulley	1 unidade
Halter Emborrachado 2Kg	22 unidades
Halter Emborrachado 3Kg	32 unidades
Halter Emborrachado 4Kg	21 unidades
Halter Emborrachado 5Kg	20 unidades
Halter Emborrachado 6Kg	14 unidades
Halter Emborrachado 7Kg	6 unidades
Colchonete	25 unidades
Máquina Extensora	1 unidade
Máquina Flexora	1 unidade
Cross Over	1 unidade
Máquina de Panturrilha	1 unidade
Simulador de Escada	1 unidade
Máquina de Remo	1 unidade
Máquina para Lombar	1 unidade
Banco Livre	3 unidades
Máquina de Bíceps	1 unidade
Bola Suíça	13 unidades
Sistema de Som	2 unidades
Balança Digital de Alta Precisão	1 unidade
Halter Aquático	34 unidades
Espaguete Aquático	34 unidades
Coletes de Deep Runing	7 unidades
Disco Flutuador	23 unidades
Caneleira Aquático	22 unidades
Halter Flutuante Redondo Vazado	26 unidades
Caneleira 1,5Kg	3 pares
Caneleira 2Kg	8 pares
Caneleira 3Kg	3 pares
Caneleira 4Kg	13 pares
Caneleira 6Kg	3 pares
Caneleira 7Kg	3 pares

2.2. A CONTRATADA deverá custear a manutenção dos equipamentos acima descritos.



2.3. A CONTRATADA deverá fornecer os profissionais necessários à execução dos serviços, conforme quadro abaixo:

Período	Dias da Semana	Horário	Carga de Horas-aula		Atividade
			Diária	Semanal	
Matutino	Segunda a sexta-feira	6h às 13h	7	35	Aulas Diversas*
Vespertino	Segunda a sexta-feira	13h às 20h	7	35	Aulas Diversas*

*Musculação, Laboral, Spinning, Ginástica Localizada e Clube de Corrida.

2.3.1. Em cada turno deverá haver 2 (dois) professores, 6h às 13h e de 13h às 20h, para que as atividades sejam desenvolvidas paralelamente.

2.4. Os profissionais designados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços atuarão sem qualquer subordinação laboral à CONTRATANTE, não ensejando qualquer vínculo ou relação de trabalho com a CONTRATANTE.

2.5. A CONTRATADA deverá fornecer equipe de educadores físicos, bacharéis em Educação Física, devidamente inscritos no Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região/Distrito Federal, com experiência na prática das modalidades previstas no Quadro de Atividades Físicas da Cláusula Primeira.

2.6. A CONTRATADA deverá cumprir os horários definidos pela CONTRATANTE para a prática de cada modalidade, certificando-se de que o educador físico designado esteja presente. Não poderá haver ausência de profissional para a realização da atividade física programada.

2.7. Caso a CONTRATADA não cumpra os prazos estabelecidos ou interrompa a prestação dos serviços por prazo previamente determinado, o valor devido pela CONTRATANTE será proporcional aos dias de efetiva prestação de serviços;

2.8. A CONTRATADA deverá observar todas as normas trabalhistas aplicáveis à categoria profissional dos seus empregados.

2.9. A CONTRATADA deverá contemplar em sua planilha todos os custos necessários para a prestação dos serviços e assegurar os benefícios mínimos a seus empregados, de acordo com o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria e demais normativos e legislações vigentes que regem a matéria. Caso a CONTRATADA incorra em erro ao elaborar a planilha, esta deverá arcar com os custos.

2.10. O horário estabelecido para a prestação dos serviços somente poderá ser alterado pela CONTRATANTE e por meio de termo aditivo.

2.11. A CONTRATANTE não poderá ser onerada na substituição dos uniformes e EPI.

2.12. A CONTRATANTE e a CONTRATADA são pessoas jurídicas totalmente distintas e independentes, não configurando este contrato nenhuma forma de sociedade, pelo que os profissionais terceirizados designados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços objeto deste contrato, atuarão sem qualquer subordinação laboral à CONTRATANTE, não ensejando nenhum vínculo ou relação de trabalho com a CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total anual deste contrato é de R\$ 290.015,52 (duzentos e noventa mil, quinze reais e cinquenta e dois centavos).

3.2. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos próprios da POUPEX, consignados por seu orçamento. Centro de custo: GEPES. Conta contábil/orçamentária 817270041000001 – Benefícios - Academia / Laboral.



k. a CONTRATANTE solicitará para a CONTRATADA a comprovação, por amostragem, da regularidade para com os empregados da CONTRATADA, que efetivamente, participarem da execução do contrato, quanto a:

k1) o pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

k2) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

k3) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

k4) aos depósitos do FGTS;

l) Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a alínea "k" a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

4.2. Para que o pagamento seja realizado por meio de depósito bancário, as informações abaixo devem estar atualizadas, vinculadas ao CNPJ da CONTRATADA, ou de alguma de suas filiais, desde que devidamente registrado na nota fiscal.

Nome do Favorecido – **ALFA E OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA**

CNPJ – 16.650.774/0001-06

Número do Banco - 001

Nome do Banco - BANCO DO BRASIL

Número da Agência Bancária – 3380-4

Número da Conta Corrente – 42.293-2

Modalidade de Conta – CONTA CORRENTE

4.3. A CONTRATANTE obriga-se a efetuar as retenções tributárias incidentes nos percentuais e alíquotas determinados por Leis e Decretos, para as quais a CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal os respectivos valores das retenções cabíveis.

4.4. Não serão efetuados os recolhimentos referentes ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS, quando a Declaração de Optante pelo SIMPLES Nacional for apresentada junto com a Nota Fiscal. Neste caso, o documento original da Declaração deverá ser enviado pelos Correios para o endereço do item 4.1.1.

4.5. Na hipótese de devolução do pagamento pelo sistema bancário em virtude de divergências nas informações cadastrais oriundas da CONTRATADA, a CONTRATANTE fica autorizada a descontar o valor correspondente à tarifa bancária resultante da nova transação para quitação das obrigações contratadas.

4.6. Os pagamentos estão condicionados à apresentação, por parte da CONTRATADA, dos documentos relativos à Cláusula Décima Primeira.

4.7. Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada, mediante prévia comunicação, a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato a CONTRATANTE até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

4.8. A Nota Fiscal ou NFe/DANFE, irregularmente preenchida, será devolvida, pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, com as informações que motivaram a rejeição, contando-se novo prazo para o efetivo pagamento, após a entrega da Nota Fiscal devidamente corrigida. A devolução da Nota Fiscal não servirá de pretexto à suspensão dos serviços, do pagamento devido aos empregados ou à inadimplência de qualquer obrigação financeira decorrente da execução do contrato ou mesmo ao descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

4.9. Na impossibilidade de pagamento direto pela CONTRATANTE, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados



exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

4.10. Será considerada inválida qualquer forma de cobrança realizada em desacordo com o previsto nesta cláusula.

4.11. O não pagamento de quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE no prazo acima mencionado implicará a incidência dos seguintes encargos moratórios, até a data do efetivo pagamento:

4.11.1. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e

4.11.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o parcelamento em atraso.

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de início constante na Ordem de Serviço - O.S a ser emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado por igual(is) e sucessivo(s) período(s), mediante assinatura de Termo(s) Aditivo(s), até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

5.1.1 que os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.1.2 a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

5.1.3 a CONTRATANTE ainda tenha interesse na realização do serviço;

5.1.4 o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE; e

5.1.5 a CONTRATADA concorde com a prorrogação do contrato.

5.2. Por ocasião da prorrogação do instrumento contratual, a CONTRATANTE deverá realizar negociação para redução/eliminação dos custos considerados como não renováveis, já pagos ou amortizados, no primeiro ano de contratação, sendo necessária alteração da Planilha de Custo e Formação de Preços.

6. CLÁUSULA SEXTA - REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Repactuação dos serviços:

6.1.1. Para a primeira repactuação dos serviços contratados referente ao item 4.1. deste contrato, somente poderá ser corrigido após decorrido o prazo de um ano, contado a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, no caso de cessão de mão de obra, considera-se como a data do orçamento, a data do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria Profissional dos Empregados da CONTRATADA, ou equivalente, que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta;

6.1.2. As alterações de valores subsequentes à primeira repactuação somente poderão ocorrer após o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data de início da primeira repactuação de preços.

6.1.3. A CONTRATADA deverá submeter à análise e aprovação da CONTRATANTE nova Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como cópia do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo ou equivalente.

6.1.4. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.



6.1.5. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita pela CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.1.6. O prazo acima ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não providenciar as correções necessárias ou não apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.1.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

7.1.1. credenciar, por escrito, o(s) representante(s) que será(ão) o(s) seu(s) interlocutor(es), no que diz respeito à execução do presente contrato;

7.1.2. cumprir os trabalhos especificados no objeto deste contrato, de acordo com os prazos e condições vigentes, estabelecidos pela CONTRATANTE, observados os parâmetros e rotinas atinentes à boa técnica e as normas jurídicas aplicáveis à prestação dos serviços;

7.1.3. fornecer todo o pessoal necessário à execução do objeto contratado, mantendo-os devidamente treinados e capacitados;

7.1.4. orientar todos os profissionais necessários à execução deste contrato quanto às atribuições constantes do Apêndice "A" deste instrumento contratual;

7.1.5. apresentar à CONTRATANTE, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes da data de início da prestação de serviços, os nomes dos empregados que atuarão nas dependências da CONTRATANTE, mencionado CPF, identidade, endereço, telefone e demais informações julgadas pertinentes, bem como a comprovação do vínculo empregatício, mantendo a CONTRATANTE informada das alterações que porventura ocorrerem e fornecer uma foto 3x4 colorida atual do empregado;

7.1.6. comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de cópia do certificado de curso de formação, de cópia da inscrição no Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região/Distrito Federal e de currículo vitae, a serem apresentados em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

7.1.7. substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado que não possua a qualificação mínima exigida ou cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

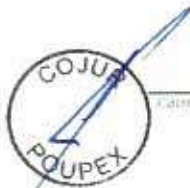
7.1.8. manter seus empregados sujeitos às normas de Segurança do Trabalho, além das normas e regulamentos internos, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;

7.1.9. fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários para a execução dos serviços, exigir e fiscalizar o uso adequado, conforme as Normas Segurança do Trabalho e legislação correlata;

7.1.10. manter devidamente uniformizados, registrados e identificados, por meio de crachás com fotografias recentes, seus empregados que prestarem serviços nas instalações da CONTRATANTE, a qual, a seu critério, poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação da documentação comprobatória da regularidade do vínculo com a CONTRATADA;



- 7.1.11. ocorrendo o desligamento de empregado da CONTRATADA, o crachá do mesmo deverá ser devolvido na Gerência de Pessoal da CONTRATANTE;
- 7.1.12. os uniformes e EPI fornecidos deverão ser novos, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis e substituídos sempre que apresentarem defeito, desgaste ou estiverem com o prazo de validade indicado pelo fabricante expirado.
- 7.1.13. quando os uniformes não atenderem às condições mínimas de apresentação, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA que deverá providenciar a substituição no prazo de 15 (quinze) dias.
- 7.1.14. promover a substituição de peças dos equipamentos desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis de uso, bem como sua reposição, em no máximo 7 (sete) dias corridos.
- 7.1.15. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE;
- 7.1.16. exercer controle diário, juntamente com a Gerência de Pessoal – GEPES, sobre assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas;
- 7.1.17. prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE no tocante a execução dos serviços contratados, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 7.1.18. dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- 7.1.19. manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, dedicando especial atenção à sua guarda, quando for o caso;
- 7.1.20. informar a CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 7.1.21. promover adequadamente a limpeza de quaisquer resíduos decorrentes da realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- 7.1.22. alertar seus prepostos, empregados e/ou prestadores de serviços acerca da boa conduta, principalmente, no tocante à disciplina, ética e discrição quando da execução de suas tarefas;
- 7.1.23. não designar, para a prestação dos serviços objeto deste contrato, familiar de dirigente ou de empregado da CONTRATANTE ou da Fundação Habitacional do Exército - FHE.
- 7.1.23.1. considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- 7.1.24. não transferir, por qualquer forma, os direitos e obrigações que o presente contrato lhe atribui, salvo com a expressa anuência da CONTRATANTE, manifestada por escrito e por quem detenha poderes para tanto;
- 7.1.25. não se pronunciar em nome da CONTRATANTE, inclusive junto a órgãos de imprensa, sobre nenhum assunto relativo à sua atividade, guardar sigilo absoluto quanto a toda informação obtida da CONTRATANTE em decorrência do presente contrato, bem como não divulgar ou reproduzir nenhum documento, instrumentos normativos e materiais encaminhados pela CONTRATANTE;



7.1.26. não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de prestador de serviços, em qualquer forma de divulgação de suas atividades, tais como cartões de visita, anúncios, impressos ou qualquer outro tipo de propaganda;

7.1.27. ressarcir toda e qualquer quantia que for efetivamente paga pela CONTRATANTE, em decorrência do ato ou fato culposos e/ou dolosos dos empregados, prestadores de serviços e/ou prepostos da CONTRATADA;

7.1.28. pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços objeto do contrato. Fica, desde logo, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;

7.1.29. cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer, às suas próprias expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do presente contrato;

7.1.30. assumir inteira responsabilidade por todos e quaisquer danos provocados à CONTRATANTE, decorrente de atos comissivos e omissivos, praticados por seus sócios, associados, integrantes não sócios, empregados, representantes, prestadores de serviços e prepostos, durante a execução do contrato. Os danos causados à CONTRATANTE serão suportados pela CONTRATADA e por seus sócios, integrantes não sócios e associados, solidária e ilimitadamente, sem prejuízo das demais responsabilidades legalmente imputáveis; e

7.2. a CONTRATADA é, para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva responsável por seus empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços, afastada a CONTRATANTE, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária pelos contratos firmados pela CONTRATADA. Desde já, a CONTRATADA obriga-se a excluir a CONTRATANTE de toda demanda judicial promovida por seus empregados, preposto e/ou seus contratados para prestação de serviços objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de todo e qualquer ônus, responsabilidade e/ou vínculo para com estes ;

7.2.1. caso seja mantida a presença da CONTRATANTE em eventuais reclamações trabalhistas ou quaisquer outras ações, administrativas ou judiciais, que tenham como fundamento matérias objeto do presente contrato, a CONTRATADA obriga-se, desde logo e sem qualquer discussão, a ressarcir a CONTRATANTE de todos os valores despendidos e de adiantar pagamentos a serem efetuados em razão de eventuais condenações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação nesse sentido, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação ou do valor efetivamente pago, em conformidade com o art. 408 do Código Civil.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. credenciar, por escrito, o(s) representante(s) que será(ão) o(s) seu(s) interlocutor(es), no que diz respeito à execução do presente contrato;

8.1.2. disponibilizar o espaço físico e equipamentos para a execução dos respectivos serviços;

8.1.3. relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada;

8.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre ou a respeito de quaisquer defeitos e irregularidades encontrados nas execuções dos serviços, fixando-lhe prazos para correções;



- 8.1.5. acompanhar e fiscalizar a execução do serviço contratado, registrando em relatório as deficiências porventura existentes;
- 8.1.6. recusar no todo ou em parte sem ônus para a CONTRATANTE, com a devida justificativa, o serviço fornecido em desacordo com as especificações e condições previstas neste contrato;
- 8.1.7. assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados em suas dependências;
- 8.1.8. fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à execução do serviço objeto deste contrato;
- 8.1.9. exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória à disciplina e aos interesses da CONTRATANTE;
- 8.1.10. instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e de prevenção e combate a incêndio;
- 8.1.11. efetuar os pagamentos de sua responsabilidade nas datas previstas, desde que cumpridos todos os procedimentos administrativos de responsabilidade da CONTRATADA;
- 8.1.12. proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas neste contrato;
- 8.1.13. permitir o livre tráfego do pessoal da CONTRATADA nas áreas sujeitas à prestação dos serviços, desde que estes estejam devidamente identificados e uniformizados.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- 9.1. Em cumprimento às diretrizes da Política de Responsabilidade Socioambiental da CONTRATANTE, a CONTRATADA se compromete a:
- 9.1.1. não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal na execução de suas atividades, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;
- 9.1.2. não empregar menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de jovem aprendiz;
- 9.1.3. não permitir a prática ou a manutenção de atos discriminatórios que limitem o acesso a relação de emprego, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;
- 9.1.4. buscar prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à produção, consumo e destinação dos resíduos sólidos de maneira sustentável, implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;
- 9.1.5. comprovada a não observância dos preceitos acima, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para a respectiva regularização. O não atendimento da notificação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas contratualmente e, até mesmo, impossibilitar a renovação do pacto sem prejuízo das cominações legais.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATADA se compromete a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais (sejam eles físicos ou lógicos), que se originem, sejam criados ou que passe a ter acesso a partir da assinatura do presente contrato, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o encerramento deste instrumento.

10.2. Na ocasião do encerramento deste instrumento contratual, serão realizados os seguintes procedimentos:

10.2.1. transferência dos dados e informações à nova prestadora de serviços ou à CONTRATANTE, a critério da última; e

10.2.2. exclusão, pela CONTRATADA, dos dados e informações recebidos, após sua transferência e confirmação da integridade e da disponibilidade por parte da CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA deverá informar, quando solicitado, as medidas de segurança, técnicas e administrativas empregadas com o objetivo de proteger os dados pessoais de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar avaliações dos controles de segurança de dados, quando for o caso, comprometendo-se a acatar as recomendações que visem a proteger os dados e/ou informações da CONTRATANTE.

10.5. Caso os dados ou informações a que a CONTRATADA venha a ter acesso em razão deste instrumento sejam, de qualquer forma, acessados ou obtidos por pessoa não autorizada, ou caso sejam objeto de fraude, perda ou destruição, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, informando o ocorrido assim que dele tiver ciência.

10.6. Na hipótese de a CONTRATADA violar e/ou divulgar tais dados e/ou informações sem as devidas autorizações, inclusive por meio de atos de seus sócios, integrantes não sócios, empregados, prepostos, prestadores de serviços e/ou terceiros que por meio dela obtiverem o acesso aos respectivos dados e informações, ficará sujeita às penalidades legais, bem como ao pagamento de perdas e danos apurados em processo próprio.

10.7. A CONTRATADA reembolsará a CONTRATANTE nos custos incorridos para remediar os danos causados por uma violação de dados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, designado Gestor do Contrato, que atuará com o apoio do fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, todos serão credenciados no ato da assinatura deste instrumento.

11.1.1. O Gestor, juntamente com os fiscais, deverão acompanhar a prestação dos serviços, registrar as ocorrências e determinar as medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato, bem como atestar, no todo ou em parte, a realização dos serviços objeto deste Instrumento.

11.1.2. O atesto dos serviços prestados pela CONTRATANTE para pagamento das notas fiscais não exime a plena responsabilidade da CONTRATADA em garantir o cumprimento total e satisfatório do contrato em conformidade com as especificações estabelecidas quando da contratação.

11.1.3. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato.

11.1.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações deste contrato, trabalhistas e sociais, a



[Handwritten signatures and initials]

CONTRATADA deverá apresentar:

I) No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a. relação dos empregados que prestarão serviços vinculados ao presente contrato, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, com a indicação dos responsáveis técnicos, quando necessário;
- c. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços à CONTRATANTE;

II) A qualquer tempo, quando solicitado pela CONTRATANTE:

- a. extrato da conta do INSS e do FGTS, bem como os ASO Periódicos de qualquer empregado;
- b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade CONTRATANTE;
- c. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços de qualquer empregado;
- d. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

III) Quando da rescisão ou extinção do contrato:

- a. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço à CONTRATANTE, que eventualmente forem dispensados, devidamente homologados;
- b. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

11.1.5. No caso de eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nesta cláusula, poderá ensejar a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade da incidência de multa contratual conforme Cláusula Décima Sexta.

11.1.6. A CONTRATANTE poderá ainda, a seu critério, realizar o pagamento das obrigações de natureza trabalhista, diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução do objeto deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. As alterações ou revisões das obrigações estabelecidas neste contrato deverão ser formalizadas mediante a lavratura de Termo Aditivo, em conformidade com os preços e condições vigentes neste contrato.

12.2. Na hipótese de alteração das condições econômicas fundamentais prevalecentes na assinatura deste contrato, as partes ajustarão, então, as cláusulas que assegurarão a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante negociação entre as partes.



12.3. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE quaisquer alterações em seu contrato Social, razão ou denominação social, objeto, CNPJ e outros, e ainda seus dados bancários, endereços, telefones, fax e demais dados que, porventura, venham interferir na alteração da qualificação exigida para a execução das obrigações contratuais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de cumprimento do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, equivalente a 5% do valor a ser contratado, em uma das modalidades abaixo discriminadas, a ser por ela escolhida:

- a) caução em moeda corrente nacional ou em títulos da dívida pública, com validade não inferior a um ano além da data da reunião de habilitação preliminar; ou
- b) seguro garantia; ou
- c) fiança bancária.

13.1.1. A garantia de cumprimento do contrato, quando efetuada em modalidade diversa de moeda corrente nacional, deverá ser encaminhada para a guarda da Gerência de Compras e Contratos.

13.1.2. A modalidade seguro garantia somente será aceita se assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto contratado; de prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, de multas moratórias e punitivas, de obrigações trabalhistas e previdenciárias, de prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho e de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, relativas ao objeto do contrato.

13.1.3. A vigência da garantia de cumprimento do contrato deverá ter validade durante toda a execução do contrato e vigorar mais 3 (três) meses após o término do prazo de execução dos serviços contratados, devendo ser renovada a cada prorrogação.

13.2. Atraso na apresentação da Garantia:

13.2.1. 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até no máximo 2% (dois por cento), no caso da inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia de execução do contrato.

13.2.2. caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, a CONTRATANTE reterá parte do pagamento mensal da CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízos das sanções cabíveis.

13.2.2.1. Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária.

13.2.2.2. A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos das alíneas "a" a "c", do item 13.1.

13.3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.4. Da restituição da garantia:

13.4.1. Em se tratando de caução em moeda, a garantia somente será restituída, após o término do prazo para execução dos serviços contratados, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas



rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) termo de rescisão do contrato de trabalho do empregado prestador do serviço, devidamente homologado quando exigido pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimentos das contribuições sociais (INSS e FGTS), referente à rescisão contratual;
- c) extrato dos depósitos efetuados na conta vinculada individual do FGTS do empregado dispensado; e
- d) exame médico demissional do empregado dispensado.

13.4.2. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento do prazo para execução dos serviços contratados, a garantia será utilizada para o pagamento das mesmas diretamente pela CONTRATANTE.

13.4.3. Os recursos, recebidos e retidos em garantia do cumprimento do contrato, serão devolvidos, corrigidos pela Taxa Referencial – TR, ou pelo índice que porventura venha a substituí-lo, acrescida de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, desde as datas dos pagamentos das Notas Fiscais até a data de assinatura do Termo Circunstanciado.

13.4.4. Após o prazo de 90 (noventa) dias após o término do prazo de execução, caso não existam ocorrências de sinistros, a CONTRATADA será considerada isenta de responsabilidade da garantia.

13.4.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESILIÇÃO DO CONTRATO

14.1. Independentemente de justificativa e sem que caiba qualquer indenização à outra parte, este contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo, pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, mediante comunicação feita por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.2. Sendo resilido o presente contrato, o pagamento devido será proporcional aos serviços prestados e devidamente atestados pela CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

15.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais dá, à CONTRATANTE, o direito de aplicar as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa à CONTRATADA para que se manifeste no prazo de até (5) cinco dias úteis:

15.1.1. advertência:

15.1.2. multa:

15.1.2.1.compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no subitem 15.1.2 desta cláusula;

15.1.2.2. decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor total do contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor anual deste contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no subitem 15.1.2 desta cláusula.

15.1.2.3. Das Faltas na Prestação de Serviços:

15.1.2.3.1. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato, quando não regularizada a(s) falta(s) de Leve no prazo de 2 (dois) dias;

Handwritten signatures and initials.

15.1.2.3.2. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, quando não regularizada a(s) falta(s) de Grave no prazo de 2 (dois) dias;

15.1.2.3.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor mensal do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, quando não regularizada a falta(s) de Gravíssima no prazo de 2 (dois) dias, bem como o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais, do não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

15.1.2.3.4. a reincidência na aplicação do percentual de multa prevista no item 15.1.2. poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

15.1.2.3.5. as faltas serão classificadas conforme Apêndice "B", deste contrato.

15.1.2.3.6. a listagem do Apêndice "B", deste contrato não é exaustiva, de forma que outras infrações contratuais poderão ser penalizadas. Nesses casos, a determinação das sanções cabíveis e do valor da multa será realizada pela Autoridade Competente da CONTRATANTE.

15.1.3. resolução contratual, pela CONTRATANTE, sem prejuízo da penalidade acima descrita e daquelas previstas na Legislação vigente, nas seguintes hipóteses:

15.1.3.1. paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE e/ou existência de força maior;

15.1.3.2. subcontratação total ou parcial do objeto por parte da CONTRATADA, ou a associação da CONTRATADA com outrem, sem a expressa anuência da CONTRATANTE.

15.1.3.3. cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a execução deste contrato.

15.1.3.4. decretação de falência ou pedido de recuperação judicial/extrajudicial da CONTRATADA.

15.1.3.5. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato.

15.1.3.6. inobservância, por parte da CONTRATADA, das recomendações, por escrito, para correção das irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

15.1.3.7. não recolhimento de todo e qualquer tributo, contribuição social, fiscal ou parafiscal decorrente direta ou indiretamente ao presente contrato.

15.2. As sanções previstas no subitem 15.1.1. e 15.1.3. poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 15.1.2. facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.3. Ao longo do período contratual de 12 (doze) meses, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela CONTRATANTE da multa compensatória correspondente a cláusula 15.1.2.1., cujo fato da CONTRATANTE relevar qualquer falta não implicará em novação.

15.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15.5. Para se ressarcir de eventuais prejuízos causados pela CONTRATADA e do valor da(s) multa(s) porventura aplicada(s), a CONTRATANTE deverá descontar esses valores da garantia do cumprimento do contrato.

15.6. Caso o procedimento previsto no item anterior não baste para o pagamento do valor devido pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos decorrentes deste contrato, ou ainda poderá ajuizar a cobrança judicial e ou a competente ação para reparação de danos, independentemente de prévia notificação (judicial ou extrajudicial), à CONTRATADA.

15.7. As penalidades poderão ser relevadas no todo ou em parte, a critério da CONTRATANTE.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VIGÊNCIA

16.1. O presente contrato terá vigência desde a data de sua assinatura, até 5 de abril de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS

17.1. Este contrato, a Proposta Comercial de Preço e a Planilha de Custo e Formação de Preço, apresentadas pela CONTRATADA e a Especificação do Serviço, constituem a totalidade do acordo entre os signatários com relação às matérias aqui previstas e superam, substituem e revogam os entendimentos, negociações e acordos anteriores.

17.2. Quaisquer divergências entre a proposta da CONTRATADA e este instrumento fica desde já acordado que prevalecerão as condições estabelecidas neste contrato.

17.3. Não valerá como precedente, novação, ou renúncia aos direitos que a lei e o presente instrumento asseguram a CONTRATANTE, sua tolerância a eventuais descumprimentos de cláusulas, seus itens e subitens, pela CONTRATADA.

17.4. Será resguardado à CONTRATANTE, o direito de interromper o contrato a qualquer tempo, caso a CONTRATADA não demonstre os resultados de qualidade exigidos pela CONTRATANTE. Tal situação permitirá a CONTRATANTE recorrer judicialmente buscando o ressarcimento dos gastos e prejuízos decorrentes.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As partes elegem o Foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, perante duas testemunhas que também subscrevem.

Brasília - DF, 6 de janeiro de 2020.



**ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E
EMPRÉSTIMO - POUPEX**
Paulo Cesar Souza de Miranda
CONTRATANTE

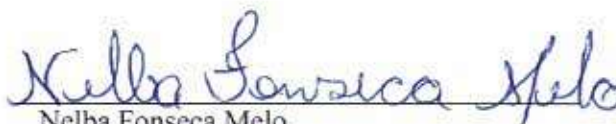


**ALFA E OMEGA SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA**
Edna de Menezes Gonçalves
CONTRATADA

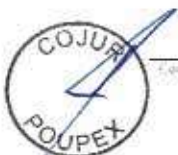
TESTEMUNHAS:



Orlando Marques Cardeal
569.174.817-34



Nelba Fonseca Melo
711.188.531-72



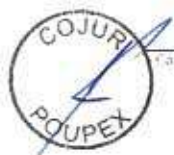
Apêndice "A"

1. Atribuições do Educador Físico:

- a) Estar fisicamente apto a desempenhar as atividades de educação física;
- b) Ministras as aulas sob sua responsabilidade, bem como, confeccionar as fichas de musculação e orientar os alunos/empregados sob a correta execução dos exercícios;
- c) Controlar a presença dos alunos/empregados por meio da pauta de chamada;
- d) Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando, quando solicitado, atender com atenção e presteza os empregados da CONTRATANTE e o público em geral;
- e) Não entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com empregados ou visitantes, bem como buscar, em caso de dúvida ou de falta de competência para decidir sobre determinado assunto, o apoio e orientação de sua chefia imediata, repassando-lhe a questão;
- f) Apresentar-se devidamente uniformizado, com apresentação pessoal compatível com as atribuições do cargo, portando o crachá de identificação em local visível;
- g) Cumprir rigorosamente os horários de serviço;
- h) Procurar, em casos de dificuldades, orientação ao representante do setor responsável pela academia, repassando-lhe o problema;
- i) Comunicar imediatamente, à Gerência de Pessoal – GEPES ao representante responsável, qualquer anormalidade verificada para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

2. Atribuições do Fiscal Técnico da CONTRATANTE:

- a) Conhecer as práticas de cada modalidade de atividade física a ser desenvolvida pelos educadores da CONTRATADA;
- b) Certificar que o pessoal da CONTRATADA cumpra os horários das aulas;
- c) Verificar se todo o pessoal está devidamente trajado, atentando para os detalhes de higiene pessoal (barba, cabelo, unhas etc.) e de higiene do vestuário;
- d) Contatar, imediatamente, à CONTRATADA, para a resolução de problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros;
- e) Solicitar necessárias substituições, junto à CONTRATADA, por ocasião de faltas e/ou férias dos empregados;
- f) Fiscalizar a ordem, a disciplina e o respeito junto a todo o pessoal da CONTRATADA, orientando e instruindo na forma de agir;
- g) Não permitir que os empregados da CONTRATADA se dirijam a qualquer autoridade, para tratar de assuntos não relacionados ao serviço;
- h) Proceder às necessárias advertências e solicitação de substituições, se for o caso, do pessoal da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave que venha a depor contra a CONTRATANTE;
- i) Receber e ouvir as reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- j) Fornecer aos empregados da CONTRATADA constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- k) Fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes e equipamentos da academia.



Apêndice "B"

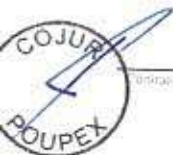
CLASSIFICAÇÃO DE FALTAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No caso de aplicação das sanções estabelecidas no contrato, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela CONTRATADA, de acordo com a característica e possibilidade de punição.

Cabe esclarecer que os exemplos não são limitantes e podem sofrer adaptações e acréscimos.

CLASSIFICAÇÃO	PUNIÇÃO	CARACTERÍSTICA	EXEMPLOS
FALTAS LEVES	Advertência e/ ou multas	<ul style="list-style-type: none"> Inexecução parcial de deveres de pequena relevância que não acarretam prejuízos aos serviços e/ou patrimônio da CONTRATANTE; Não prejudicam a regular prestação dos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá. Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços. Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. Deixar de registrar e controlar a assiduidade dos profissionais designados para executar o objeto do contrato. Deixar de substituir profissional que apresente conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada. Outros a serem informados pela gerência fiscalizadora quando for o caso.
FALTAS GRAVES	Advertência e/ou multas	<ul style="list-style-type: none"> Inexecução parcial das obrigações que acarretem ou não prejuízos aos serviços da CONTRATANTE; Inviabilização parcial da execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar. Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material. Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária. Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável. Deixar de apresentar quanto solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.

			<ul style="list-style-type: none"> • Não fornecer os materiais e e/ou equipamentos relacionados com a prestação dos serviços nos prazos acordados. • Não fornecer os materiais e e/ou equipamentos relacionados com a prestação dos serviços nos prazos acordados. <p>Não executar a manutenção e, se for o caso, a substituição de peça desgastada ou com defeito quando solicitada pelo gestor do contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de mais de quatro (4) advertências no período de um ano. • Outros a serem informados pela gerência fiscalizadora quando for o caso.
FALTAS GRAVÍSSIMAS	Advertências e/ou multas e/ou impedimento de licitar com a CONTRATANTE por até 2 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da CONTRATANTE; • Inviabilização total da execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA 	<ul style="list-style-type: none"> • Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. • Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. • Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato. • Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado. • Outros a serem informados pela gerência fiscalizadora quando for o caso. • Não recolhimento da FGTS dos empregados e das contribuições sociais, bem como • o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação. • Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, ou outra despesa direta e/ou indireta relacionada à execução do contrato nas datas avençadas.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]